

A "CRISE FAMILIAR" NO BRASIL HOJE

Ana Maria Goldani*

De cada 100 brasileiros adultos, 46 consideram que a família no Brasil hoje é uma instituição falida e que já não cumpre com seu papel de provedora de afeto e recursos econômicos necessários aos seus membros. Estas opiniões, resultado de uma pesquisa recente, são objeto de uma discussão bastante generalizada no Brasil e em outros contextos¹. De fato, a idéia de que a importância da família diminuiu para os seus membros e de que a instituição familiar está em dificuldades e ameaçada representa um dos poucos temas de consenso no Brasil hoje.

Entretanto, os discursos sobre as transformações na família bem como as condições que os originam variam bastante. Por um lado, grande parte da opinião pública verbaliza uma percepção "negativa", ou de perdas em geral, associada às mudanças na família. Estas opiniões aparecem reforçadas pelas estatísticas recentes sobre violência, tráfico de crianças, menores abandonados, crimes passionais, bem como estimulada pela mídia televisiva que trata de mostrar o amplo leque de estilos alternativos de vida. Por outro lado, há também, os estudiosos do tema da família que enfatizam os padrões de mudanças nas estruturas familiares como parte de um processo mais amplo de transformações sociais e econômicas. e

defendem que, tal como outras instituições, a família está no limiar de mudanças importantes mas não necessariamente desaparecendo. Os argumentos mais comuns neste caso, giram em torno das mudanças nos padrões de comportamentos tais como: proliferação de novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras, separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade, e a crescente participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Até que ponto a percepção pública do declínio da família e os argumentos utilizados correspondem à uma realidade, ou mesmo a das estatísticas disponíveis, é o que tratamos de discutir aqui.



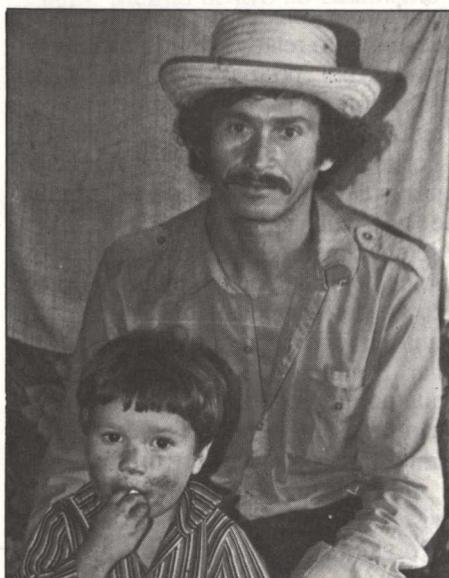
Foto: Mônica Lucia da Silva

Um primeiro aspecto que gostaríamos de assinalar é que, se bem as mudanças citadas como indicadores da falência da família são referendadas estatisticamente, também é certo que a maioria dos jovens-adultos brasileiros, continuam casando, tendo filhos, divorciando e inclusive voltando a casar-se, mesmo que as formas como isto ocorre tenham se diversificado e originado novas estruturas de família.

O consenso em torno da chamada "crise" da família parece estreitamente relacionado com certos modelos estereotipados de famílias. Um primeiro modelo de referência seria o da família patriarcal. Historicamente estimulado pela sociedade brasileira e reforçado pela Igreja Católica e pelo Estado até recentemente, a idéia é de que haveria um modelo de família brasileira que estaria associado com a presença de parentes e um sistema hierárquico e de valores no qual se destacariam a autoridade paterna e do homem sobre a mulher, a monogamia, a indissolubilidade das uniões e a legitimidade da prole.

Paralelamente à visão nostálgica de uma imagem da família do passado, onde o casal com filhos e o grupo de parentes se complementavam, existem, também, as novas referências que apoiam a visão linear da crise da família. Em um país crescentemente urbano emerge outro estereótipo, da família "classe média urbana", usado como padrão pela mídia em novelas, propagandas etc... Trata-se de uma família ainda centrada ao redor das funções reprodutivas, onde a criança ocupa um lugar destacado. Neste modelo, o individualismo, a privacidade e as relações afetivas entre os membros assumem maior relevância dando origem a novos padrões de sociabilidade. Enfim, parece ser entre estas percepções extremas, de uma "família patriarcal" e de uma família "classe média urbana", que encontraria apoio e eco a percepção pública negativa da "crise da família".

No contexto das crescentes dificuldades de reprodução geral da sociedade brasileira as especulações sobre a precariedade e instabilidade da instituição familiar ganham força e são reforçadas pela incapacidade do Estado em prestar os serviços sociais básicos às famílias carentes e seus dependentes. Legalmente, o Estado Brasileiro deve oferecer suporte ao menor e aos idosos através de programas sociais, o que ajudaria a aliviar as pressões de ordem eco-



nômica e pessoal destas famílias. Entretanto, o que se observa, atualmente, é um crescente retrocesso dos serviços públicos. O Estado trata de minimizar ao máximo sua contribuição e clama por mais ajuda da comunidade e da família para com seus dependentes.

No quadro das profundas transformações culturais, sociais e econômicas, um outro elemento complicador aparece reforçando o sentimento de falência da família. Trata-se das mudanças demográficas e seus efeitos sobre a estrutura etária e a longevidade da população, resultados, sobretudo, de uma rápida queda das taxas de fecundidade e um aumento generalizado da expectativa de vida. Nunca, tantas pessoas viveram por tanto tempo e alcançaram as idades adultas avançadas tendo pais e outros parentes idosos que demandam ajuda. Portanto, a maior longevidade das pessoas e a permanente situação de dificuldades econômicas em que vive a maioria delas, paralelamente à inoperância e cortes nos programas sociais, faz com que um número cada vez maior de famílias tenham que assumir os cuidados com seus dependentes.

Assim, uma interpretação alternativa para a "crise" da família brasileira poderia ser justamente encontrada no oposto ao aludido declínio familiar. O aumento na expectativa de vida significa que nós brasileiros hoje, temos maiores chances de passarmos mais tempo como membros de uma família, quer no papel de pai, mãe, filhos, esposos, avós etc. Esta maior longevidade estaria propiciando, também, uma superposição destes papéis bem como a convivência de diferentes gerações

(Goldani, 1989). Tudo isto nos levaria a concluir que, a família brasileira "vai muito bem obrigado", apesar de que muita coisa mudou. Mudaram as condições de reprodução da população, mudaram os padrões de relacionamento entre os membros da família, os modelos de autoridade estão em questionamento, a posição relativa da mulher alterou-se profundamente e até mesmo a legislação redefiniu o conceito de família.

A Constituição de 1988 considera que, para efeitos de proteção do Estado, família é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. Neste conceito "novo" de família, ao enfatizar a necessidade de proteção aos dependentes, — crianças, jovens e velhos —, a Constituição Brasileira reconhece o poder assimétrico entre os membros da família. Fica claro, ainda, que os direitos e deveres conjugais são exercidos igualmente pelo homem e a mulher (Constituição Brasileira 1988: Cap. VII, art. 226 (§ 3º, 4º e 5º)). Estes princípios constitucionais, todos praticamente já regulamentados em lei, alteram o direito de propriedade das mulheres casadas, facilitam o divórcio, reconhece os mesmos direitos legais dos filhos, independente da natureza da filiação, e estabelece os direitos e obrigações individuais dos membros da família, segundo a posição que ocupam.

UMA INTERPRETAÇÃO DAS MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS FAMILIARES

Dado que as famílias não só respondem às transformações sociais, econômicas e demográficas, mas também as geram, tem sido difícil para os estudiosos da família brasileira desenvolver e explicar uma tipologia de mudanças da família no tempo. A visão linear da mudança em termos da dicotomia entre o tradicional e o moderno tomando em conta modelos de família, elaborados com base nas classes dominantes (rurais) e das classes médias (urbanas), já não satisfaz. Não só por suas limitações como modelos explicativos mas, sobretudo, porque obscurece a realidade para a maioria das famílias brasileiras que pertencem às classes trabalhadoras. Não se trata aqui de reivindicar uma relação direta entre arranjos familiares e grupos sociais mas desmistificar o mito do declínio da família que parece bastante influenciado por categorias

construídas empiricamente e atribuídas a certos grupos sociais. De fato, no processo das transformações brasileiras há forças comuns que afetam a famílias e indivíduos e estabelecem tendências homogeneizadoras. Entre estas forças estaria o Estado brasileiro, as políticas sociais, a urbanização e a mídia atuando de forma determinante sobre as estruturas familiares, para além das forças sociais de diferenciação tais como as classe sociais (sobre esta questão vide Bilac, 1990).

As estatísticas brasileiras, disponíveis, oferecem informações sobre a estrutura dos domicílios particulares em geral mas também permitem distinguir entre aqueles domicílios com pessoas organizados como "famílias" e aqueles que contêm pessoas sem família². De fato, a maioria dos domicílios particulares no Brasil está estruturada ao redor de famílias, definidas aqui como um grupo de pessoas conviventes relacionadas por laços de parentesco. Em 1970, de cada 100 domicílios, cerca de 94 eram habitados por "famílias" e os 6 restantes eram habitados por pessoas sem famílias, ou seja, uma só pessoa ou um grupo de pessoas sem laços de parentesco. Em 1987 esta situação permanecia praticamente a mesma,

ainda que com uma ligeira tendência de aumento relativo aos domicílios formados por pessoas sem família (em 1987 estes passaram a representar ao redor de 7% do total dos domicílios). Portanto, considerando os domicílios particulares nestes termos, de "família" e "não família", observa-se que, apesar do crescimento mais elevado no número de domicílios sem famílias, a organização dos domicílios brasileiros continua girando ao redor do grupo familiar. Entretanto, é importante destacar que no interior daqueles domicílios organizados como famílias há mudanças importantes em suas estruturas.

A estrutura das famílias brasileiras vistas em termos de número, tamanho e organização interna mostram o seguinte:

1) O número de famílias entre 1970 e 1987 quase dobrou, de 17,4 para 31,8 milhões (Tabela 1). Este aumento no número de famílias resulta do crescimento da população bem como da distribuição desta por idade, sexo e estado civil. Assim, pode-se dizer que mais de dois terços do crescimento no número de famílias se deveu a um número maior de pessoas casadas em 1987 do que em 1970, dos quais a maioria se concentrava entre 25-34 anos;

2) O tamanho da família sofreu uma diminuição de 1 pessoa em média no período 1970/87. Esta passagem de um tamanho médio de 5,0 pessoas por família em 1970 para 4,2 em 1987 resultou da combinação de vários fatores, tais como: a queda da fecundidade, aumento da expectativa de vida, bem como das disrupções matrimoniais por viuvez, separações e divórcios. Com tamanhos diferenciados segundo o local de residência, as famílias mostram um tamanho maior nas áreas rurais, de 0,6 pessoas em média. Estes diferenciais se mantêm no tempo, muito embora tenha diminuído o tamanho das famílias rurais e urbanas (Tabela 2);

3) Predomina o tipo de família "Conjugal", ou seja, um casal, (homem e mulher em união estável, não necessariamente casados legalmente), com ou sem filhos, ainda que os aumentos maiores fiquem por conta do tipo de família "monoparental", ou seja, um homem ou uma mulher com filhos. Em 1970 as famílias brasileiras estavam assim distribuídas: 85,1% conjugais, 11,5% monoparentais e 3,3% representavam outros tipos de família. Já em 1987 estas cifras foram respectivamente 80,4%, 16,4% e 3,6% (Tabela 1).

TABELA 1
FAMÍLIAS BRASILEIRAS, SEGUNDO TIPOS
E ORGANIZAÇÃO INTERNA, 1970-87

FAMÍLIAS*	1970	1980	1981	1987
CONJUGAIS (total)	85,1	83,3	82,1	80,4
Casal Com Filhos	71,9	69,5	69,3	66,9
Vivendo só	61,9	60,8	61,2	59,5
Vivendo com parentes	10,0	8,7	8,1	7,4
Casal Sem Filhos	13,2	13,8	12,8	13,3
Vivendo só	11,0	11,9	11,0	11,5
Vivendo com parentes	2,2	1,9	1,8	1,8
MONOPARENTAIS (total)	11,5	13,1	14,3	16,4
Mãe com filhos	9,5	11,3	12,4	14,4
Vivendo só	7,7	9,1	10,2	11,9
Vivendo com parentes	1,8	2,2	2,2	2,5
Pai com filhos	2,0	1,8	1,9	2,0
OUTRO TIPO DE FAMÍLIA	3,3	3,5	3,5	3,6
TOTAL (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Números (000)	17.407	24.977	25.970	34.290

Fonte: IBGE, Censos de População de 1970, 1980 e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) 1981 e 1987.

Veja-se, também, Castelo Branco, H.A. op. cit 1989.

* As famílias foram definidas como: Conjugais quando são formadas por casais com ou sem filhos e Monoparentais quando são formadas por um dos pais com filhos.

** A população rural da Região Norte não foi incluída nas PNADs.

TABELA 2
TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA SEGUNDO
A SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA 1970-87

FAMÍLIAS/RESIDÊNCIA	1970	1980	1981	1987
TOTAL	5,0	4,6	4,5	4,2
URBANA	4,7	4,4	4,3	4,1
RURAL	5,3	5,0	5,1	4,7

Fonte: IBGE, Censos de População de 1970, 1980 e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) 1981 e 1987.

Veja-se, também, Castelo Branco, H.A. op. cit 1989.

* A população rural da Região Norte não foi incluída nas PNADs.

Ao analisar internamente os arranjos familiares observa-se que há mudanças nos padrões das famílias conjugais. Aquelas famílias constituídas por casais com filhos diminuíram seu peso no total das famílias, enquanto a proporção de casais sem filhos tende a aumentar ligeiramente no período 1970/87. O que à primeira vista parecia óbvio, não o é, dado que a diminuição no peso relativo dos casais com filhos não corresponde tão só ao aumento dos casais sem filhos. De fato, a diminuição relativa da família conjugal mais tradicional (casal com filhos) resulta da tendência de aumento do número de casais sem filhos mas, sobretudo, do aumento proporcional no número das famílias monoparentais (em sua maioria mãe com filhos e sem cônjuge).

Portanto, o maior destaque em termos de novos arranjos familiares fica por conta das famílias monoparentais que passam de 11,5% para 16,4% do total de famílias no período 1970/87. Dentro destas famílias, são aquelas compostas por mãe com filhos e sem cônjuge, as que mais aumentam sua participação no total das famílias, passando de 9,5% para 14,4% no período em análise. A presença de parentes nestas famílias chefiadas por mulheres é outro aspecto importante. Isto porque, de um modo geral, há uma diminuição na presença de parentes residindo com famílias conjugais e, contrariamente, há uma crescente presença de parentes residindo nas famílias com chefes mulheres. Assim é que, os parentes, na maioria pais e/ou sogros do chefe, ao sobreviverem mais tempo (casados ou viúvos) permanecem cada vez mais sós em seus domicílios ou então passam a viver com uma família monoparental.

As explicações para as novas tendências nas estruturas familiares são varia-

das e se inserem no quadro das rápidas transformações econômico-sociais e culturais do país. Na análise destas tendências é comum o uso dos chamados indicadores de "modernidade", para destacar a racionalidade e as crescentes opções individuais que responderiam pelos novos tipos de família. Por exemplo, o aumento no número de famílias conjugais sem filhos é, comumente, interpretado como resultado de uma opção dos casais ligado ao desejo de não ter ou adiar a vinda dos filhos em nome de uma maior intimidade e privacidade. O ponto crítico de uma interpretação exclusiva, nesta perspectiva é que, uma vez mais, o referencial se restringe a certos grupos familiares ou indivíduos com "opções". Sem negar a existência destes, gostaríamos de destacar os constrangimentos e a falta de opções para a maioria dos indivíduos e famílias brasileiras. Assim é que, insistimos na necessidade de considerar interpretações alternativas. Uma que se impõe no exemplo citado, do aumento dos casais sem filhos, seria de que esta tendência resultaria, também, das condições concretas de vida dos casais, ligado com a disponibilidade de recursos ou até mesmo com a natureza dos tipos de uniões cada vez menos formalizadas.

Portanto, tendo em conta a complexidade dos processos familiares e as diversidades culturais, econômico-sociais e regionais do país parece-nos fundamental considerar que o entendimento das estruturas familiares e suas transformações passam, tanto pelos efeitos racionalizantes e de maiores opções individuais de certos grupos, resultante dos processos de mudanças econômico-sociais, como pelos custos sociais destes processos que estariam determinando a falta de opções e até mesmo comporta-

mentos subordinados para grande parcela da população.

FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES: OPÇÃO OU SUBORDINAÇÃO?

O aumento no tipo de famílias chefiadas por mulheres, que as estatísticas sugerem ser resultado da elevação das taxas de separações e divórcios, da expectativa de vida maior para as mulheres, da crescente proporção de mulheres solteiras com filhos bem como da maior integração da mulher no mercado de trabalho, pode ser interpretado em termos de opção ou de subordinação ao processo de mudanças ocorridas no país. Ou seja, uma interpretação possível é de que o maior número de famílias com chefes mulheres resulta da abertura no leque de opções para a mulher ao longo de sua trajetória de vida. Entretanto, e seguindo a lógica de nossa proposta anterior, argumentamos que o aumento de mulheres chefes de famílias poderia estar ligado, também, aos custos sociais do processo rápido de mudanças nos padrões sociais, político e econômicos em curso no país. As estatísticas oferecem subsídios para estas interpretações e vale a pena revisá-las.

As tendências de mudança no perfil da população feminina brasileira são sugestivas dos vários desdobramentos de longo e curto prazos, que estariam contribuindo para que uma maior proporção de mulheres seja chefe de família. Há um aumento da participação feminina na força de trabalho remunerada, de cerca de 16% para 33% entre 1960 e 1984; uma melhoria no nível educacional, com um aumento de 17% para 34% das mulheres no nível secundário e um crescimento na proporção de mulheres com residência urbana, de

46% para 77%, para o mesmo período).

Há evidências de que a mulher brasileira, qualquer que seja o estágio de ciclo vital, está aumentando sua participação na força de trabalho. Verifica-se também, uma mudança no perfil da mulher trabalhadora em termos de estrutura etária e status marital. Da tradicional predominância de solteiras nas faixas etárias menores de 25 anos até os anos 70, as taxas de participação nos anos 80 mostram que são as mulheres nas idades 30-39 anos, casadas, separadas/divorciadas e unidas consensualmente as que, respectivamente, mais incrementaram suas taxas de atividade. Também é um fato, que as mulheres trabalham cada vez mais nas indústrias e deixam seu lugar tradicional na agricultura para entrar em novos setores de serviços, mas que as diferenças de salário por sexo permanecem (Bruschini, 1989a, Telles, 1989).

No quadro das famílias brasileiras, segundo rendimento mensal, destaca-se o contingente de famílias chefiadas por mulher nos estratos de renda mais baixa. Em 1987 cerca de 7% das famílias chefiadas por mulher não possuíam nenhum tipo de rendimento enquanto menos de 1% das famílias conjugais encontravam-se nesta categoria. Da mesma forma 40% das famílias com mulheres chefes estavam nas faixas de renda mensal de 1/2 salário **per capita** enquanto 30% das famílias conjugais percebiam este valor. A presença de mulheres chefes de família e seu predomínio entre os pobres tem sido interpretada em termos da urbanização e marginalização dos trabalhos de baixa renda (Merrick e Schmink, 1983; Barroso, 1978) e da proletarização e a divisão sexual e social do trabalho geradas por estes processos (Garcia Castro, 1989).

Há desigualdades na estrutura e organização da trajetória de vida familiar das mulheres por cor. Resultados recentes mostram que as mulheres negras esperariam viver hoje mais da metade de suas vidas adultas na condição de não casadas ou sem companheiro (56%), comparando-se às pardas (48%) e às brancas (42%). Isto aparece como determinante para o fato de encontramos mais mulheres negras que são chefes de famílias do que pardas e brancas. Entre os elementos explicativos para estes diferenciais destacam-se os 8 anos a mais de expectativa de vida das mu-



Foto: Monica Lucia da Silva

heres brancas bem como os padrões diferenciados de nupcialidade por raça. Isto revela as diferentes estratégias de comportamento das mulheres ante uma estrutura de oportunidades desigual e onde a discriminação racial aparece como elemento fundamental. (Goldani, 1990).

ARGUMENTOS E ESTATÍSTICAS NA DISCUSSÃO DA CHAMADA CRISE DA FAMÍLIA

Na revisão dos argumentos e das evidências empíricas usados a favor ou contra a idéia de declínio da família, é importante destacar primeiro o que se

estaria entendendo por família e por crise. Quanto ao conceito de família, apesar das discussões sobre o mesmo, a referência comum nos discursos é o grupo de pessoas que reside em uma mesma casa, mantém laços de parentesco e dependência e mantém relações hierárquicas. Ou seja, parece haver um modelo hegemônico de família que constrói o imaginário das pessoas. Isto, aliás, parece refletir-se nas estatísticas disponíveis pois como destacamos acima mais de 80% das famílias são formadas por casais com ou sem filhos, que residem ou não com parentes.

O termo "crise familiar" envolve

uma discussão bastante mais ampla. Entretanto, como já foi mencionado anteriormente, parece que o discurso da opinião pública associa crise com mudanças e desintegração, enquanto para muitos estudiosos da família a chamada crise da família significaria mudanças estreitamente relacionadas com as transformações nos valores e condições de reprodução da população.

Tratando de sumarizar, destacamos três dos principais argumentos usados pelos defensores da idéia de declínio da família contrapondo-se aos que consideramos ser mudanças mas não, necessariamente, desintegração.

1) A família passa por uma desinstitucionalização interna. O fato de que os indivíduos se tornam mais autônomos, menos dependentes do grupo, tem gerado grupos domésticos familiares cada vez menos coesos e integrados. Ao mesmo tempo se destaca que o Estado e outras instituições interferem diretamente neste processo de desinstitucionalização.

Apoiados nas estatísticas sobre a participação da mulher e dos filhos no mercado de trabalho, assim como na crescente contribuição destes para o orçamento doméstico, os argumentos vão na linha das alterações dos hábitos e relações entre os membros da família como também de um debilitamento da autoridade parental. Da mesma forma se diz que o Estado Brasileiro exerce um papel determinante sobre a família e destaca-se para isto a legislação nos diferentes códigos civis delimitando direitos e obrigações dos membros da família, bem como o conjunto das políticas públicas interferindo direta ou indiretamente sobre a reprodução dos seus membros (Goldani, 1990, Bilac, 1990).

Ao discutir esta questão da desinstitucionalização não há como negar que como estratégia para enfrentar as dificuldades econômicas e a degradação dos salários os membros da família foram para o mercado de trabalho, rompendo assim com tradicionais arranjos e hábitos domiciliares. Por exemplo, apesar de que são os chefes de família os que mais respondem pela obtenção da renda familiar, observa-se em 1987 que, a contribuição dos filhos de 10-17 anos, para a maioria das famílias, foi da ordem de 11 a 30% do total da renda familiar. Estes dados poderiam reforçar o argumento de relativização da autoridade parental, a alteração da sociabilidade entre os membros da família e a

redefinição de posições na família. Entretanto, isto mais que a falência da família brasileira pareceria apontar para um modelo menos hierárquico e mais democrático de família.

Quanto ao papel do Estado no processo de desinstitucionalização diríamos que, de fato, isso nada tem de novo e que talvez esteja ocorrendo, isto sim, um aprofundamento da interferência deste na dinâmica familiar. Dois exemplos comumente citados, referem-se aos efeitos indiretos das políticas sociais sobre a queda da fecundidade no Brasil (Faria, 1988) e as alterações substanciais na concepção de família e os novos direitos da mulher introduzidos na Constituição de 1988 (Bilac, 1990; Goldani, 1990). Assim as relações entre Estado e Família que foram, por muito tempo, mantidas mais bem a nível ideológico e institucional, hoje, mostram um estreitamento ainda maior a nível das práticas.

2) O declínio do familismo como valor cultural é evidente, e teria como origem o crescente individualismo e igualitarismo. O desaparecimento das famílias de três ou mais gerações, ou mesmo a diminuição dos parentes na residência de famílias conjugais são apontados como indicadores disto. Na mesma linha se argumenta que estes valores estão debilitando-se na medida que há uma diminuição do tamanho da família e uma maior instabilidade das uniões fragmentando os laços de parentesco. Entre as estatísticas apontadas em favor deste argumento aparecem: o declínio na proporção de casais residin-

do com parentes, que passa de 10% para 7% no período 1970/1987; a diminuição de 1 pessoa em média no tamanho da família no mesmo período e o incremento de mais de 100% nas taxas de separação e divórcio nas últimas décadas (Goldani, 1989).

Entre as dificuldades com este argumento destaca-se o pressuposto da existência de um modelo de família extensa ou ampliada pela presença de diferentes gerações coresidindo e que estaria em processo de nuclearização. Este pressuposto é fortemente questionado pelos estudos históricos que registram, para diferentes momentos da história do Brasil, uma predominância do tipo de família conjugal, ou nuclear, para usar a terminologia daqueles estudos. Associado a isto, encontra-se o fato de que as estruturas familiares resultam de uma dinâmica interna associada aos diferentes estágios do ciclo vital da família o que dificulta a generalização dos tipos de família.

Em resposta a esta tese do declínio do familismo se poderia contrargumentar, ainda, que as melhorias nas condições de saúde e mortalidade (resultado da expansão dos serviços de saneamento básico e medicina preventiva, do tipo vacinação massiva, mais do que propriamente resultado da melhoria das condições de vida da população), geraram mudanças nas estruturas por idade e sexo da população propiciando que as pessoas viviam por mais tempo nos diferentes papéis. Portanto, os casamentos e as famílias podem sobreviver mais e os membros de diferen-



Foto: Arquivo CEM

tes gerações aumentaram suas chances de convivência mesmo que não seja sob o mesmo teto. Assim as estatísticas mostram que um brasileiro nascido e exposto às condições de vida dos anos 40 esperaria viver em média 43 anos, ao passo que nos anos 80, esperaria viver cerca de 68 anos. Esta situação juntamente com a queda da fecundidade fez com que a população brasileira ficasse mais velha, aumentando as chances de convivência entre as gerações. De uma idade média de 19 anos em 1950 e uma proporção de 2% de pessoas idosas (mais de 65 anos), o Brasil passou a ter em 1984 uma população com uma idade média de 21 anos e uma proporção de idosos ao redor de 4% (Hakkert, 1986).

Finalmente, e ainda em favor da tese sobre o potencial fortalecimento dos laços familiares, via longevidade dos membros da família, caberia mencionar o impacto da mortalidade sobre a permanência de famílias do tipo conjugal. Analisando as trajetórias de vida feminina mostramos, em estudo anterior, que no Brasil, durante este século o aumento de expectativa de vida foi mais importante que as mudanças nos padrões de casamento na determinação do tempo que as mulheres brasileiras passam em uma família conjugal (Goldani, 1989). Assim encontramos, com base nos dados de 1980/84, que mais de dois terços do tempo que uma mulher brasileira passaria na condição de mãe ela o faria no interior de uma família do tipo conjugal (casal com filhos). Claro está que isto é diferenciado por grupos sociais e, no caso, mostramos que as probabilidades das mulheres/mães permanecerem em famílias do tipo conjugal é maior para brancas (71%) do que para as pardas (66%) e negras (58%) (Goldani, 1990).

3) A família está enfraquecida e debilitada para cumprir com muitas de suas tradicionais funções sociais, inclusive com a reprodução de seus membros e a sua própria como grupo. Para sustentar este argumento menciona-se o rápido descenso da fecundidade (de taxas totais de 6,0 filhos em 1950 passa para 3,2 em 1986), o aumento das concepções prematrisais (a proporção de mulheres casadas que tiveram filhos antes ou estavam grávidas ao casar passou de 13% nos anos 60 para 20% nos 80) e ainda a chamada produção independente, ou seja, de solteiras. Em 1984 cerca de 11% do total das mulheres adultas solteiras haviam tido filho.



Foto: Arquivo CEM

Esta proporção variou de aproximadamente 21% para as negras, 13% entre as pardas e 8% para as brancas. Dentro do raciocínio anterior estas cifras indicariam o não controle da atividade sexual e da reprodução pela família (Goldani, 1990).

Um aspecto central e discutível deste argumento é a concepção restrita de reprodução da família vista tão só através da fecundidade. Mantendo-se ao nível do demográfico é fundamental destacar que a reprodução da família passa não só pelo número de filhos tidos mas também pela sobrevivência dos seus membros e as novas formas de uniões entre os sexos. Neste sentido é importante salientar que apesar da diminuição da fecundidade e aumento dos divórcios, o potencial gerado pela maior esperança de vida de homens e mulheres possibilitou a permanência da família conjugal como modelo mais comum. Da mesma forma que a maior sobrevivência feminina, com uma expectativa de vida de cerca de 6 anos a mais que os homens, juntamente com as rupturas matrimoniais, possibilitou um aumento de famílias monoparentais (Goldani, 1990). Nossos resultados mostram, também, que os papéis de esposa e mãe predominaram nas trajetórias de vida das mulheres brasileiras apesar de que há uma pequena diminuição relativa do peso destes na vida adulta destas mulheres. Por exemplo, enquanto as mulheres nos anos 50 esperariam passar casadas 60% de sua vida adulta, aquelas mulheres casadas

nos anos 70 passariam cerca de 55% de sua vida adulta nesta condição.

Concluindo, poderíamos dizer que as transformações mais recentes na família brasileira foram marcadas nos anos 70 por um período de grande mudanças que delineou um novo perfil das relações tanto de trabalho como interpessoais e familiares. A família como parte ativa destes processos de mudanças sofre rápidas e profundas transformações em suas tradicionais atribuições, bem como os papéis de cada um de seus membros estão sendo redefinidos. O crescimento industrial e urbano, associado à uma política de arrocho salarial transforma os modos de vida de mulheres, homens e crianças brasileiras. A questão, portanto, não seria de que a família está acabando e em consequência deixando de atender as necessidades de cuidado e afeto de seus membros, mas o que sim ocorre é que, no bojo das contínuas e intensas contradições do processo de mudanças sociais, as estruturas familiares são redefinidas. Neste sentido, as especulações sobre a crise da família resultariam, também, de uma certa indefinição atual dos valores e práticas sociais no âmbito doméstico.

As tendências demográficas refletem e são ilustrativas dos desafios que as famílias enfrentam para atender seus dependentes. Por um lado, o alargamento da vida vai alterando as estruturas familiares e o processo de envelhecimento e, por outro, os indivíduos encontram-se com uma estrutura social

cada vez mais complexa condicionando suas decisões nas trajetórias de vida. As gerações de meia idade cada vez mais se enfrentam com a simultaneidade de demandas e obrigações para com os pais e/ou parentes idosos e para com seus filhos. Estas transformações são particularmente dramáticas para as mulheres, tradicionalmente responsáveis pelo cuidado dos dependentes na família; suas trajetórias de vida passam por alterações das mais profundas.

A despeito da predominância da trajetória familiar esperada, que mostra crescentes proporções de mulheres brasileiras alcançando os 50 anos casadas e com filhos, cabe destacar que este comportamento está longe de ser universal. Cresceu a proporção de mulheres que superpõe papéis nas esferas do privado e do público. Ao mesmo tempo, e como resultado da diversificação de papéis na vida da mulher, observa-se mudanças na sequência e nas durações dos eventos ao longo das trajetórias fa-

miliares. Mesmo dentro do casamento há alterações na ordem dos eventos e/ou adiamento dos mesmos. Por exemplo, a sequência de casamento e filhos modificou-se e uma maior proporção de mulheres apresentam concepções pré-matrimoniais, ao mesmo tempo que há uma tendência de adiamento da união e primeiro filho através do tempo. As implicações destas mudanças para outras dimensões da vida das mulheres passa pela redefinição de prioridades e de relações no interior da família, o que, por sua vez, acaba por redefinir o próprio caráter da estrutura familiar.

Finalmente, quanto à polêmica questão do declínio da família, insistiríamos em que, de fato, do que se trata é da emergência de um modelo menos hierárquico e mais democrático de família. Ou seja, mesmo que no Brasil predomine um modelo hegemônico de relações de autoridade e hierarquia na

família, (Sarti, 1989), do homem sobre a mulher, dos pais para os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos, não há como negar as profundas transformações nestas relações. As decisões resultam, cada vez mais, de uma negociação na qual todos os membros da família acabam participando e influenciando para a construção de modelos alternativos de relações. Há um processo de barganha entre homens e mulheres, marido e mulher, pais e filhos que estariam gerando novas dinâmicas e arranjos familiares. As formas como isto ocorre e o poder relativo dos membros na família variam por sexo, por gerações e de acordo às etapas do ciclo vital familiar bem como são diferenciadas por grupos e contextos sociais.

* Ana Maria Goldani e socióloga/demógrafa, professora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

1. Estes resultados são de uma pesquisa realizada pela Standard, Ogilvy & Mather, que entrevistou 2359 indivíduos entre 18 e 60 anos pertencentes a diferentes condições sócio-econômicas. Do total destes brasileiros 46% revelaram uma imagem negativa da família enquanto 44% referiram-se positivamente e o restante 10% dividiram-se entre não respostas ou não tinham opinião formada. (vide a Folha de São Paulo, Novembro 21, 1989). Realizada em nove países da América Latina (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México e Uruguay), em cinco deles a imagem positiva da família predominou. Isto foi particularmente forte na Argentina (60%) e Equador (57%). Entre aqueles países onde predominou uma imagem negativa destacou-se a Costa Rica, onde apenas 37% dos entrevistados manifestaram ter uma imagem favorável da família.

2. No caso das publicações do IBGE família é definida como: um casal com ou sem filhos ou ainda um dos pais com filhos tendo presente ou não "outros parentes" e/ou "não parentes" que vivem em um domicílio particular. Família pode ser ainda um domicílio particular que tenha 1 pessoa morando só, um grupo de até 5 pessoas residindo juntos mas sem laço de parentesco e qualquer outro tipo de arranjo que conste. Portanto, a definição de família para o IBGE equivale ao de unidade doméstica e não à concepção sociológica mais comum que é o de família como um grupo de pessoas conviventes que mantêm vínculos de parentesco resultantes de consanguineidade ou de adoção. Entre as vantagens da coleta das informações do IBGE a nível da unidade doméstica e não só da família de parentesco destaca-se as possibilidades de reconstrução de diferentes universos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bilac, Elizabet. 1990. Convergências e Divergências nas Estruturas Familiares no Brasil. GT Família e Sociedade, ANPOCS, XIV da ANPOCS, Caxambu, MG.

Bruschini, Maria Cristina. 1989. Tendências da Força de Trabalho Femenina Brasileira nos Anos Setenta e Oitenta: Algumas Comparações Regionais. Texto da Fundação Carlos Chagas Nº 1/89.

Castelo Branco, Helena Alvim. 1990. Família. Indicadores Sociais, vol 1. IBGE, Rio de Janeiro.

Faria, Wilmar. 1989. Políticas de Governo e Regulação da Fecundidade: Conseqüências não Antecipadas e Efeitos Perversos. In Ciências Sociais Hoje, 1989. São Paulo. Edições Vértice.

Goldani, Ana Maria. 1989. Women's Transitions: The Intersection of Female Life Course, Family and Demographic Transition in Twentieth Century Brazil. Tese de doutorado (não publicada) University of Texas at Austin.

Goldani, Ana Maria. 1990. "Changing

Brazilian Families and Consequent Need for Public Policy". International Social Science Journal. November 1990.

Goldani, Ana Maria. 1990. "Desigualdade Racial nas Trajetórias de Vida Familiar das Mulheres Brasileiras." In Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, Fundação FORD e Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (no prelo).

Hakkert, Ralph. 1986. "A queda de Fecundidade e o Novo Padrão da Estrutura Etária Brasileira". ANAIS, do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Vol. 1:257-270.

Sarti, Cyntia. 1989. Família Patriarcal Entre Os Pobres Urbanos? In GT Família e Sociedade, XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.

Telles, Edward E. 1988. The Consequences of Employment Structure in Brazil: Earnings, and Metropolitan Area Differences. Tese de doutorado apresentada na University of Texas at Austin.